

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3232-8067 | (63) 3232-8238 | socs@uft.edu.br



ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSUNI

1 Às quinze horas e dezesseis minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e quinze, no Centro
2 Universitário Integrado de Ciência, Cultura e Arte (CUICA), Câmpus de Palmas, o Magnífico
3 Reitor e Presidente deste Conselho, Prof. Márcio Silveira, dá início à trigésima sexta reunião
4 extraordinária. Conforme o livro de presenças o Conselheiro Vinicius Pinheiro Marques está
5 ausente, mas o Sindicato da Categoria Docente (SESDUFT) justificou e encaminhou, como
6 substituto, o Professor Ary Henrique Oliveira. O Conselheiro Waldecy Rodrigues está ausente, mas
7 justificou e como sua substituta legal, está presente a servidora Michelle Cilli. Já os Conselheiros
8 Juscéia Aparecida Veiga Garbelini justificou sua ausência em virtude de compromissos fora da
9 Universidade e encaminhou, como representante, a Professora Giselli Tamarozzi. As Conselheiras
10 Francisca Rodrigues Lopes e Amanda Ferreira Teixeira estão ausentes, mas justificaram e
11 indicaram, como representantes para esta reunião, o Professor Marco Aurélio de Oliveira e o
12 discente José Teixeira Filho, respectivamente. Todos os demais conselheiros estão presentes.
13 Registra-se ainda a presença de alguns membros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
14 (CONSEPE) que foram convidados a participar desta reunião ampliada, considerando a relevância
15 dos assuntos a serem tratados. Em seguida, o Magnífico Reitor apresenta aos Conselheiros a pauta a
16 ser apreciada, que segue a seguinte ordem: **Item 1)** Calendários Acadêmicos Pós-Greve 2015 da
17 UFT: a) Proc. n.º 23101.004138/2015-30 (Câmpus de Araguaína); b) Proc. n.º 23101.004139/2015-
18 84 (Câmpus de Arraias); c) Proc. n.º 23101.004303/2015-53 (Câmpus de Miracema); d) Proc. n.º
19 23101.004137/2015-95 (Câmpus de Palmas); e) Proc. n.º 23101.004319/2015-66 (Câmpus de Porto
20 Nacional – Curso de Letras/Libras); f) Proc. n.º 23101.004069/2015-64 (Câmpus de
21 Tocantinópolis); **Item 2)** Proc. n.º 23101.000955/2015-19 – Alterações no Estatuto da Universidade
22 Federal do Tocantins. Tem início a apreciação da pauta. **Item 1)** Calendários Acadêmicos Pós-
23 Greve 2015 da UFT. A relatora dos processos que envolvem a pauta em questão, Conselheira
24 Berenice Feitosa Aires, apresenta com o auxílio do data show um apanhado de todos os Calendários
25 Acadêmicos recebidos pela Pró-Reitoria de Graduação (Prograd). Destaca que as datas apresentadas
26 foram aprovadas nos respectivos Conselhos Diretores dos Câmpus que tiveram suas atividades
27 paralisadas em virtude da greve docente e técnico-administrativa. Em síntese, especifica as datas de
28 início e fim dos semestres 2015.1, 2015.2 e 2016.1 para alguns cursos. Em seguida faz algumas
29 considerações quanto aos períodos administrativos e acadêmicos lançados nos referidos Calendários
30 e explica que há questões que precisam ser revistas, pois alguns prazos precisam ser cumpridos em
31 função de procedimentos acadêmicos e administrativos. Em discussão, a Conselheira Ana Lúcia de
32 Medeiros acrescenta que quando o Consuni decidiu descentralizar a elaboração dos calendários
33 acadêmicos para os Câmpus, logo o Conselho Diretor de Palmas formou uma Comissão para iniciar
34 as discussões. Ressalta que apesar da experiência ter sido enriquecedora para o Câmpus, há a
35 preocupação pela grande quantidade de calendários que a UFT terá. Conselheiro George França
36 parabeniza a Conselheira Berenice Feitosa e sua equipe pela organização do trabalho apresentado e
37 informa que o Câmpus de Porto Nacional fez uma ampla discussão, inclusive com a participação de
38 alunos, para a elaboração do calendário. Conselheira Ana Lúcia de Medeiros demonstra

39 preocupação quanto à equipe que trabalha com a execução orçamentária, pois esta segue o ano civil
40 e por isso muitas atividades acadêmicas não poderão estar prejudicadas no mês de dezembro haja
41 vista que o Sistema estará fechado para compra. Conselheiro José Ribamar Ferreira partilha da
42 preocupação e salienta que a decisão de descentralização foi acertada para o momento, mas que
43 futuramente o Conselho deverá assumir a unificação dos Calendários novamente. Conselheira
44 Isabel Auler afirma que a decisão do Conselho foi soberana e sábia, pois respeitou as diferenças e
45 adversidades que os Câmpus viviam naquele momento e o direito de continuidade das aulas foi
46 exercido por aqueles que assim decidiram. Salienta que é importante que se aprove as datas de
47 início e fim de semestres, mas que as questões técnicas e internas do calendário deverão ser
48 definidas pelas equipes das secretarias acadêmicas que possuem conhecimento específico para
49 tanto. O Magnífico Reitor demonstra satisfação pela decisão que o Conselho tomou em
50 descentralizar e afirma que todos os Câmpus nunca discutiram um calendário com tanto afincio
51 como foi feito dessa vez. Conselheira Isabel Auler parabeniza à equipe da Diretoria de Tecnologia
52 da Informação que está fazendo toda a gestão sistêmica dos calendários independentes. Após os
53 debates, o Magnífico Reitor sugere que os Calendários sejam aprovados com as datas de início e
54 fim dos semestres letivos e após a Prograd fará os ajustes necessários com a inclusão dos prazos
55 administrativos e acadêmicos. Em votação, os Calendários são aprovados. **Item 2) Alterações no**
56 **Estatuto da Universidade Federal do Tocantins.** A Conselheira Isabel Auler faz um apanhado
57 histórico deste processo na pauta do Consuni e lembra que sua discussão iniciou-se no ano de 2014,
58 com o objetivo de trazer uma nova composição dos Conselhos Superiores e de atualizar as questões
59 que já foram implementadas na UFT. Salienta que no decorrer das reuniões do Consuni foi formada
60 uma Comissão para fazer as adequações e atualizações necessárias ao Estatuto de 2004 e que seriam
61 posteriormente apresentadas aos Conselheiros para apreciação. Tal Comissão foi formada pelos
62 Conselheiros José Ribamar Ferreira Noleto, Salmo Moreira Sidel, pelo Professor Paulo Fernando de
63 Melo Martins e pelos membros da Comissão de Legislação e Normas do Consuni, recebendo ainda
64 o auxílio do Professor Elvio Quirino. Ressalta a importância de se distinguir esta proposta de
65 alteração com o processo de discussão da Estatuinte, haja vista que a primeira trata-se de uma
66 atualização do documento já existente e o segundo seria um processo mais complexo de
67 competência das categorias docente, discente e técnico-administrativa. Desta forma, apresenta
68 alguns pontos que foram inseridos na atualização do Estatuto, como a criação da Copese, dos
69 Institutos, das três novas Pró-Reitorias, da Editora, de novos cursos de graduação, de pós-graduação
70 *lato sensu e stricto sensu*, dentre outros. Após os esclarecimentos, a Conselheira sugere que seja
71 feita a leitura artigo por artigo para que os demais Conselheiros apresentem suas contribuições. O
72 Conselheiro do Consepe, Professor Salmo Moreira Sidel, afirma que gostaria que este documento
73 fosse elaborado na forma de Estatuinte e questiona a participação dos Pró-Reitores como membros
74 dos Conselhos Superiores, considerando que estes não são eleitos pela Comunidade Acadêmica e
75 sim indicados pela Gestão. Ao que o Conselheiro Marcos Antônio dos Santos sugere que seja
76 incluído um parágrafo na Composição dos Conselhos que deixe claro quem são os membros
77 consultivos e deliberativos. O Magnífico Reitor intervém na discussão e solicita que o documento
78 seja lido na íntegra e após os conselheiros apresentem suas contribuições. Dando continuidade, a
79 Conselheira Isabel Auler apresenta o documento como um todo dando ênfase para os artigos que
80 estão sendo alterados e ressalta que estas alterações somente estão adequando o Estatuto à atual
81 realidade da Universidade, o que reflete também na composição e representação dos Conselhos
82 Superiores. Lembra que foi aprovada na 88ª Reunião Ordinária do Consuni a criação de uma
83 Comissão Consultiva Paritária que discutiria uma possível metodologia para início do processo da



84 Estatuinte, contudo, ainda está faltando SESDUFT indicar um representante para compor a referida
85 Comissão. Salienta a importância de atualização do Estatuto. Conselheiro Ary Henrique Oliveira
86 não concorda que seja somente uma atualização e afirma que é necessário que seja feita a Estatuinte
87 para isso. Conselheira Kristinne Kelly afirma que é preciso levar em consideração que este
88 Conselho já aprovou muitos itens que não estavam previstos no Estatuto. Salienta que a categoria
89 dos servidores técnico-administrativos é favorável à Estatuinte, mas que entende que a adequação
90 do Estatuto à realidade da UFT é necessária. Conselheira Ana Lúcia de Medeiros ressalta que a
91 instituição está em processo de amadurecimento e várias questões demonstram que é preciso os três
92 segmentos se dediquem às questões institucionais e aperfeiçoem os regramentos da Universidade,
93 em especial ao Estatuto. É urgente a necessidade de se criar uma metodologia e iniciar o processo
94 da Estatuinte, pois não dá para ficar emendando o documento existente. Informa que não se sente
95 confortável em votar o assunto em questão, pois este não foi discutido no Conselho Diretor.
96 Conselheiro Ary Henrique Oliveira solicita à presidência do Conselho vistas ao processo e que seja
97 retirado da pauta, ao que é esclarecido pelo Magnífico Reitor da impossibilidade de vistas,
98 considerando que o processo já está na pauta há várias reuniões. Conselheiro José Ribamar Ferreira
99 acrescenta que sempre defendeu no Consuni que a Estatuinte fosse discutida nas categorias,
100 juntamente com a gestão superior e lembra que os estudantes e os servidores técnico-
101 administrativos indicaram seus representantes para a composição da Comissão Consultiva Paritária.
102 Defende que seja aprovada as alterações neste momento e que as três categorias se unam para
103 continuidade aos debates para a Estatuinte. Em relação ao questionamento feito pelo Conselheiro
104 Salmo Moreira Sidel, o Magnífico Reitor salienta que o problema da Universidade não se encontra
105 na figura dos Pró-Reitores como membros dos Conselhos Superiores e afirma que esta participação
106 contribui muito para as discussões. Lembra que para que haja a deflagração da Estatuinte é
107 necessário que as três categorias estejam unificadas e que seja definida a metodologia para que o
108 procedimento seja feito da maneira correta. Ressalta que as alterações no Estatuto não invalidarão o
109 processo da Estatuinte e por isso pede aos Conselheiros que aprovem as alterações conforme foram
110 apresentadas na proposta. Ao que o Conselheiro Marcos Antônio dos Santos questiona a votação do
111 documento sem que os conselheiros possam discutir e apresentar propostas de adequações.
112 Conselheira Isabel Auler salienta que a proposta apresentada foi formulada por uma Comissão
113 formada neste Conselho, após o recebimento de contribuições dos demais Conselheiros. O
114 Magnífico Reitor destaca que até o momento têm-se duas propostas para votação: a) aprovar o texto
115 na íntegra, conforme foi apresentado pela Conselheira Isabel Auler ou b) aprovar o documento,
116 excluindo-se a modificação na composição dos Conselhos Superiores. Em seguida, coloca as duas
117 proposições para discussão do Pleno. Conselheira Ana Lúcia de Medeiros reitera que não se sente
118 confortável em votar pelo Câmpus de Palmas por não ter havido esta discussão no Conselho
119 Diretor. Conselheira Isabel Auler faz os devidos esclarecimentos quanto à composição dos
120 Conselhos e sugere que estes atendam minimamente o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da
121 Educação, que é a composição de 70% de docentes, 15% de servidores técnico-administrativos e
122 15% de discentes. As Conselheiras Ana Lúcia de Medeiros e Vânia Maria de Araújo solicitam que
123 o assunto volte às bases para que seja discutido e retorne na próxima reunião do Consuni, no dia 10
124 de dezembro de 2015, com melhores condições para ser votado. Ao que o Magnífico Reitor afirma
125 que para assuntos polêmicos como este não haverá consenso e por isso mantém a proposta de
126 votação do documento apresentado, excluindo-se apenas a alteração na composição dos Conselhos
127 Superiores que deverá atender à porcentagem exigida pela LDB, conforme sugerido pela
128 Conselheira Isabel Auler. Visando facilitar a votação, neste momento o Magnífico Reitor faz a



129 chamada nominal dos Conselheiros para verificar quais estão presentes. Em votação, as alterações
130 no Estatuto são aprovadas com onze votos favoráveis, dois votos contrários (Conselheiros Marcos
131 Antônio dos Santos e Ary Henrique Oliveira) e duas abstenções (Conselheiras Ana Lúcia de
132 Medeiros e Vânia Maria de Araújo). O Conselheiro Marcos Antônio alerta para a decisão, pois
133 acredita que esta votação é qualificada e deve receber pelo menos dois terços de votos favoráveis
134 para que haja alterações e modificações no Estatuto. Finalizando, o Magnífico Reitor solicita ao
135 Sindicato da Categoria Docente que faça a indicação dos membros que irão compor a Comissão
136 Paritária que definirá a metodologia da Estatuinte. Nada mais havendo a ser tratado, as dezoito horas
137 e trinta minutos o Magnífico Reitor dá por encerrada a presente reunião, agradecendo a presença e o
138 empenho de todos os Conselheiros. Eu, Claudinéia Pereira da Silva, secretária dos trabalhos,
139 elaborei a presente ata que segue assinada pelo Magnífico Reitor e por mim subscrita.



MÁRCIO SILVEIRA
Reitor



CLAUDINEIA PEREIRA DA SILVA
Secretária dos Órgãos Colegiados Superiores